



Anais da Assembléia

Nº 14

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE MARÇO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP – 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT – 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB – 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL – 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT – 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB – 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR – 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC – 01:** Joselito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 1995
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Cláudio Romanelli e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Florisvaldo Fier, Geraldo Cartario, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reni Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sergio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Emerson Nerone e Irineu Colombo (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(E procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

Trinta e sete (37) Senhores Deputados responderam a chamada.

Em votação a Ata.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO Nº 0306

MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Procurador-Geral

Curitiba, 13.03.95

Senhor Presidente.

Nos termos do artigo 127, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 65 e 114, § 2º, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa o incluso Anteprojeto de Lei que visa criar 08 (oito) cargos de Procurador de Justiça, nos termos da deliberação do egrégio Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa augusta Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) OLYMPIO DE SA SOTTO MAIOR NETO
Procurador-Geral de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

SOMULA: Cria 08 (oito) cargos de Procurador de Justiça no quadro de Agentes do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 1º - Ficam criados 08 (oito) cargos de Procurador de Justiça, elevando para 58 (cinquenta e oito) o número de integrantes do Quadro de Agentes do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício das atribuições institucionais de segundo grau, conforme legislação vigente.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária da atividades "Administração dos Serviços do Ministério Público".

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

O presente Anteprojeto de Lei, que eleva de 50 (cinquenta) para 58 (cinquenta e oito) o número de cargos de Procurador

de Justiça, objetiva dar suporte ao cumprimento das atribuições do Ministério Público em segundo grau de jurisdição, na forma estabelecida pelos artigos 19, 20, 21 e 31, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993.

Cabe lembrar que os cargos do Poder Judiciário destinados à prestação jurisdicional em segundo grau de jurisdição somam, atualmente, 84 (oitenta e quatro), em razão do acréscimo de 08 (oito) cargos de Desembargador, resultante do contido na Lei Complementar Estadual nº 74, de 23 de dezembro de 1994.

A criação de 8 (oito) cargos de Procurador de Justiça servirá também para que os Centros de Apoio Operacional, órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público destinados a orientar as funções das Promotorias de Justiça, recentemente instalados e em número de dez, sejam todos efetivamente coordenados por membros do Ministério Público de segundo grau, conforme previsão legal.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 350

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, usando de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, dispensa de interstício para a realização de sessões extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária com a finalidade de apreciar em 2ª Discussão o Projeto de Decreto Legislativo, que objetiva sustar, com base no inciso XXVIII, do art. 54 da Constituição Estadual, o item "1", da Resolução nº 14/95 de 07 de fevereiro de 1995, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Sala das Sessões, em 14.03.95.

(aa) JOCELITO CANTO, AUGUSTINHO ZUCHI, SÂMIS DA SILVA, NELSON JUSTUS, CEZAR SILVESTRI, EDGAR BUENO, LUIZ ACCORSI, NELSON GARCIA, CARLOS SIMÕES, IRONDI PUGLIESI, JOEL COIMBRA, EDSON SILVA LINO, DUILIO GENARI, WALMOR TRENTINI, ALBANOR GOMES, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, CAITO QUINTANA, TOTI COLAÇO, JOSÉ MARIA FERREIRA, GERALDO CARTÁRIO, NEIVO BERALDIN, ROSSONI, ANGELO VANHONI, BETO RICHIA, JOÃO TECHY, DOUTOR ROSINHA e 03 ilegíveis.

REQUERIMENTO Nº 351-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja constituída, nos termos do art. 34 e seguintes do Regimento Interno, Comissão Parlamentar de Inquérito, objetivando averiguar possíveis irregularidades com o

elevado número de "Bingos" que vem se instalando no Estado, supostamente amparados pela "Lei Zico" (Lei Federal nº 8.672, de 06.07.93) e Lei Estadual nº 11.035, de 02.01.95.

Requer ainda, que a referida CPI seja constituída por 07 (sete) membros e tenha o prazo de 120 (cento e vinte) dias para sua conclusão prorrogável, de acordo com o art. 36, § 3º do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 14.03.95

(a) CAITO QUINTANA

Apoio: Emerson Nerone, Péricles de Melo, Irineu Colombo, Angelo Vanhoni, Ricardo Chab, Doutor Rosinha, José Maria Ferreira, Sâmis da Silva, Cleiton Kielse, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Alves de Moura, Irondi Pugliesi, Duílio Genari, Durval Amaral, Orlando Pessuti, José Tavares, Neivo Beraldin, Antonio Annibelli, Edson Silva Lino e Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

As evidências estão a mostrar que os clubes e principalmente o apoio à prática do esporte amador, objetivo maior das leis mencionadas, estão sendo relegados a plano secundário, frente à ganância de grupos que, vendo uma abertura para a exploração do jogo e o lucro fácil, têm feito proliferar "bingos" em todo o Estado. Somos, como legisladores, responsáveis em fazer cumprir a lei que esta Assembléia votou, sob pena de sermos cobrados por mais esta atividade que recolhe dinheiro de muitos, beneficia poucos individualmente e em nada contribui para o fortalecimento do esporte.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 046/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam criados Cursos Preparatórios ao Vestibular, nas Escolas Públicas de 2º e 3º Graus, da Rede Estadual de Ensino.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Educação deverá estruturar as Escolas de 2º Grau das Cidades Pólos, da Rede Pública Estadual, visando receber as matrículas a partir do ano letivo de 1986.

§ 1º - Neste período a Secretaria de Estado da Educação deverá preparar o Corpo Docente das Escolas de 2º Grau, para atuar nestes cursos.

§ 2º - Os cursos propostos funcionarão nos prédios da própria estrutura das Escolas Públicas de 2º e 3º Graus do Estado.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar dotação própria para o custeio das instalações e funcionamento dos

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.95

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos a criação de Cursos Preparatórios ao Vestibular (Cursinhos), para a Rede Pública do Estado do Paraná, temos como propósito, facilitar o ingresso à Universidade de milhares de jovens paranaenses, especializados, e conseqüentemente, ficam fora do objetivo principal de suas vidas, que é alcançar uma formação especializada a nível de 3º grau.

Consideramos, também, estabelecer uma coerência com a Política Educacional do Estado do Paraná, que possui três Universidades com ensino gratuito, porém, como somente os mais abastados podem manter os seus filhos em cursinhos caros, estabelece-se aí uma incoerência, pois quem acaba se beneficiando, nos dias de hoje, são os filhos dos ricos, pois aquele que trabalha de manhã e à tarde, frequentando uma escola de 2º grau à noite, jamais poderá concorrer com os mais preparados.

Consideramos, ainda, a disparidade existente entre o poder aquisitivo destes jovens, que percebem seus salários mensais numa faixa pouco superior a um salário mínimo que hoje está em R\$ 70,00 (setenta reais), ao passo que a mensalidade em cursinhos particulares, afora taxas de matrícula e material de estudo, está custando de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 170 (cento e setenta reais), o que comprova a inviabilidade de frequência nestas instituições.

Desta forma, acreditamos que durante este ano de 1995, o Governo do Estado poderá estruturar e criar condições financeiras para que a Secretaria de Estado da Educação possa preparar professores e a própria estrutura física da Rede Pública para, a partir do ano letivo de 1996, estes jovens paranaenses possam realizar o grande sonho de estudar em uma Universidade.

PROJETO DE LEI Nº 047/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Hugo Simas, com sede e foro na cidade de Curitiba, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.95

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A fundação que ora pretendemos seja declarada de Utilidade Pública é uma entidade jurídica de direito privado, constituída dessa forma de sociedade civil, sem fins lucrativos e que tem como finalidade as seguintes funções:

- desenvolver, estimular e executar projetos de assistência social, cultural, tecnológica, visando o aperfeiçoamento e melhoria de vida para a pessoa humana, e em particular, a infância, a juventude, a velhice e aos excepcionais;

- produzir e veicular programas institucionais em todas as áreas do ensino em todos os graus;

- fundar e/ou administrar hospitais e todas as organizações da área de saúde;

- fundar e administrar creches, albergues e outras atividades e organizações da assistência social.

Diante do acima exposto, solicito aos nobres Pares o devido apoio para o presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Prefeito da Cidade de Juranda, da região da CONCAM, amigo Militinho.

Subo mais uma vez a esta Tribuna para dizer sobre a ida da vice-Governadora à nossa cidade, à nossa região, Campo Mourão.

Queremos aqui, mais uma vez, agradecer pela audiência que a vice-Governadora concedeu, em Campo Mourão, aos alunos da FECILCAM, com a APP e até com o sindicato. Este encontro gera bons frutos entre os professores e alunos e também o sindicato da APP de Campo Mourão.

Ontem e hoje a Assembléia recebe uma Mensagem do Governo do Estado concedendo 25% de reajuste para o nosso professor. Nosso professor que, sem sombra de dúvida é o nosso guia para um futuro melhor. É o professor que educa, que ensina, que transmite o respeito, a educação e afinal é o professor que sabe o que é bom para os filhos do Paraná, para os nossos filhos que estão estudando, quer seja no 2º grau ou no curso superior.

Queremos também, e queria registrar aqui e dizer que estivemos junto com o Governador Jaime Lerner, lá em Guarapuava, onde foi feito o lançamento do Vale-Saber. É mais um projeto que vem de encontro à área da Educação para com nosso professor, com o devido respeito e a consideração ao mestre do Estado do Paraná. Lá estivemos e queremos parabenizar o Governo Jaime Lerner, porque o nosso professor até hoje, realmente, não era tratado como um

ser humano, como um verdadeiro responsável pela Educação! Porque dar um aumento para o professor só em época de eleição é um desrespeito! Professor tem que ser atendido com o respeito não só pelo Governo do Estado mas enfim através dos legisladores, que são os Deputados estaduais. E vemos aí o Vale-Saber, do Governo do Estado do Paraná, onde até o mês de abril nós teremos 2.000 bolsas de estudo ao professor, até julho mais 4.000, e até o final do ano 10.000 bolsas de estudo para o nosso professor!

Jaime Lerner cumprindo com seu compromisso com a Educação, com as suas palavras em cima dos palanques ao nosso professor! Parabéns Governador!

E quanto ao meu pronunciamento ontem, nesta Casa, a respeito da Delegacia Regional da Receita de Campo Mourão onde o Governo do Estado trará novamente para Campo Mourão, Senhores Deputados, uma cidade pólo, uma cidade situada no pólo regional centro Oeste do Estado do Paraná. Nós tivemos nos Governos anteriores que retirar da receita Estadual de Campo Mourão onde tem toda infra-estrutura da Delegacia regional da receita, foi para Umuarama. Campo Mourão de 1988, 1989 tinha um coeficiente de participação no bolão do Estado do Paraná no ICMS de R\$ 11.300,00, onde Campo Mourão tem a participação coeficiente de R\$ 6.900. E nós queremos deixar aqui registrado que para o deslocamento da receita estadual para Umuarama está causando prejuízos aos cofres do Governo do Estado do Paraná, porque a fiscalização que sai de Umuarama e vem à Campo Mourão com diárias para os funcionários, sendo que nós temos toda infra-estrutura em Campo Mourão, e hoje subo a esta Tribuna realmente para brigar pelo desenvolvimento para que realmente a infra-estrutura volte àquele município modelo do Estado do Paraná. E ainda ontem conversamos com o Governador do Estado do Paraná Jaime Lerner junto com os companheiros do PDT e aonde foram feitas várias reivindicações.

Tenho certeza, e a esperança é maior, eu tenho sempre falado ao povo que o povo não pare de sonhar porque sonhar é bom, quem sonha tem esperança e quem tem esperança tem fé em Deus por dias melhores. Quero dizer ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados, na paz assim como na guerra a união produz a vitória e é a vitória da educação no Estado do Paraná, é a vitória da industrialização no Estado do Paraná e é a vitória da saúde para todos.

Portanto, aos Senhores Deputados, ao Senhor Presidente, deixar aqui registrado nessa Casa de quanto as notícias que realmente na última semana deram conta do Estado do Paraná inteiro, aqui com os Senhores Deputados e lá no interior a respeito

de uma notícia que dizia que o Governo ia recolher as kombis, que estavam dando assistência não só aos deficientes físicos, às APAE, aos nossos alunos, enfim, servindo toda uma comunidade. E nós temos aqui um ofício que nós recebemos lá do Município de Peabiru onde uma APAE recebeu uma kombi em comodato com o Governo. E nós ainda ontem dizíamos ao Governo Jaime Lerner que nem sabia disso.

O Governador que disse, seria uma injustiça maior, um ato pequeno, e eu não me preocupo com essas coisas pequenas que são sociais e que são prioridade com o Governo do Estado. Nós ficamos muito contente e sensibilizado com o Governador que vai realmente deixar as kombis lá no município do interior para dar prioridade àquela população que precisa disso. Um exemplo está aqui, uma kombi que foi entregue em comodato com a APAE de Peabiru, aquela associação tão bem organizada que até o seguro de um kombi fez. Pagou no ano de 1994 um seguro de R\$ 1.201,34 para que essa kombi seja assegurada e que possa transportar com segurança aquelas pessoas que lá residem.

Obrigado Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subimos a esta tribuna para ainda continuar com relação à questão da agricultura. Nós denunciávamos os preços aviltantes que estavam sendo pagos pelo milho, denunciávamos a falta de capacidade de armazenamento da safra verão 94/95 e para alegria nossa estamos vendo o governo tomar algumas atitudes que podem vir a colaborar para diminuir o sofrimento e o pesadelo que vive o agricultor do Estado do Paraná, atitudes que se tomadas em fevereiro, nós não teríamos tido a presença dos homens que trabalham fazendo passeatas, movimentos para defender o fruto do trabalho e do labor da terra.

Essas medidas que hoje são tomadas como a proposta de dilação do prazo do ICMS, aquisição de parte do produto pelo próprio governo e abertura de crédito para o pequeno agricultor, sana em parte o grave problema que hoje vive a agricultura.

Estive na Secretaria da Agricultura na parte da manhã e lá, nos antecipava o Secretário Hermas Brandão que, além da dilação do prazo, o pequeno agricultor vai receber R\$ 490,00, antecipação para que possa passar esses momentos mais difíceis. É louvável e nós sempre vamos trazer aqui a crítica e quando houver uma posição do governo que venha de encontro aos interes-

ses da agricultura e da sociedade paranaense, estaremos aqui para dizer que acertou, mas não podemos deixar de afirmar que essas medidas poderiam ser tido tomadas antes, porque todos sabiam que a agricultura tem prazo, tem ciclo e não adianta tentar fazer depois que já vilipendiada, depois que já foi penhorada a situação do agricultor no nosso Estado.

Tivemos informação de que fora liberado pelo governo, 9 milhões de reais da terceira parcela do custeio que já estava atrasada, recurso oriundo do Tesouro Nacional. Tivemos informação de que foram liberados 30 milhões de reais para a comercialização. São atitudes que vêm minorar o quadro grave pelo qual passa a agricultura, não na produção, mas na comercialização, só que gostaria de alertar de que os 30 milhões de reais não serão suficientes jamais, porque a demanda é de 440 milhões para a comercialização da safra.

Isso desafoga no primeiro momento, mas é necessário que o governo esteja atento, esteja vigilante para que nós possamos continuar mantendo o agricultor, na lavoura e mais do que a preocupação, é necessário que nós já comecemos a pensar, já comecemos a olhar com cuidado a teoria da reconversão da agricultura nacional, especialmente dos Estados Mato Grosso, Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que são os Estados que sofrem a ação violenta e direta da agricultura do MERCOSUL, produzir nos países nossos vizinhos. É necessário que não façamos da reconversão da agricultura outro Estatuto da Terra de má lembrança e de tristes resultados para a nossa agricultura, mas que nós possamos e desta Casa saiam opiniões, saiam idéias e saiam propostas para que possamos juntos, fazer a atualização da agricultura, a recondução para novos caminhos sem os transtornos e sem colocar o agricultor fora da sua terra, fora do solo pelo qual trabalha e pelo qual luta.

Estas seriam as colocações, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que gostaria de trazer aqui, que é necessário e é legal a ajuda que o Governo hoje faz, mas ela é insuficiente e continuemos atentos à questão da agricultura. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Gostaria de, neste instante, claro, antes de mais nada até agradecer, agradecer a postura do Governo e de seu Secretariado, confirmada há poucos instantes pelo colega Deputado Nelson Tureck de que foi revista a decisão de recolher os kombis que foram distribuídas no Governo passado

para as APAEs, para as APMIs, para hospitais, para asilos e assim por diante. Cumprimento esta decisão do Governo de rever, segundo informações corroboradas pelas palavras do Deputado Nelson Tureck, cancelado tal medida. Porque na verdade e eu até acompanhava atentamente quando Nelson Tureck, amigo nosso da região da CONCAM, fazia o seu pronunciamento e fazia uma alusão a APAE de Peabiru, aonde eu tive o prazer de fazer a entrega com o ex-Governador à APAE de Peabiru. Mas não somente a APAE de Peabiru, a APAE de Araruna, a APMI de Quinta do Sol, de Giranda - que está aqui o Prefeito, Miltinho - entregue por mim e o Deputado Renato Adur; Corumbataí do Sul e tantos outros municípios.

Seria realmente uma atitude muito triste se isto viesse a acontecer de que nós tivéssemos que contratar as cegonhas para trazer de volta as kombis entregues com tanto amor, com tanto carinho e que estão prestando serviços à nossa sociedade e ao povo mais empobrecido do nosso Estado, principalmente do interior.

Gostaria também de fazer aqui, deixar registrado nesta tarde apenas uma preocupação que estou tendo com a reforma da previdência que está já de posse do Congresso Nacional, muito embora aqui do Parlamento do nosso Estado nós não temos e não tenhamos a força necessária para participarmos mais diretamente nessa reforma da nossa Constituição que aí está.

Mas o que me preocupa no que diz respeito a reforma da previdência é exatamente o que pode ocorrer com os pequeninos, com os trabalhadores do nosso país. As aposentadorias por tempo de serviço, eu acho que até grande parte, pelo menos alguns segmentos está correto. Mas tem algumas conquistas que o povo teve e que alguns segmentos da nossa sociedade teve ao longo do tempo que deixa-nos uma preocupação muito grande.

Enquanto vejo o funcionário público de uma empresa federal, do Governo, se aposentar aos 42, 43 anos de idade, com vinte e poucos anos de serviço, eu acho até que o Governo está certo. Está correto em mudar este tratamento para alguém que se aposenta com vinte e poucos anos de serviço, com 42 ou 43 anos de idade. E acaba se aposentando, é o caso de alguns poucos, mas existe funcionários, por exemplo, de uma Petrobrás. E tem outras instituições, outras autarquias inclusive do Governo Federal que também se aposentam com os benefícios que a lei assim o determinam. Coloquei o caso que nos preocupa do professorado que aí está, conquista a luta histórica antiga de vinte e cinco anos e que está sujeito a perder estas conquistas daqui a algumas semanas.

Tudo isto é preocupação. Mas o que mais me preocupa ainda é o que vem e o que está expresso num dos jornais nossos aqui do nosso Estado, que a grande preocupação ainda da Previdência Social é o seguinte: além dos complicadores para evitar fraudes e demandas judiciais o Governo Federal quer estabelecer regras mais rigorosas para comprovação do tempo de serviço dos trabalhadores rurais, regras mais rigorosas para a contagem de tempo de serviço para os trabalhadores rurais, para os trabalhadores da nossa agricultura.

Isto podem até os Srs. Deputados estranharem, eu não sou da Bancada do PT, mas tenho consciência das injustiças sociais e conhecimento que esta é a classe mais prejudicada, que já foi ao longo do tempo, e vai ser agora mais ainda com essa reforma constitucional que aí está, que já estão dizendo aí: para evitar fraudes na aposentadoria em cima dos trabalhadores da roça.

Gostaria de usar Sr. Presidente o Horário da nossa Liderança, se V.Exa. me permitisse. Por quê me preocupa essas colocações na imprensa hoje? Porque não foi o trabalhador que quebrou a previdência, não foram os trabalhadores, seja da área urbana ou da área rural, que meteu a mão no dinheiro da Previdência ao longo do tempo, não foram eles que sonegaram ao longo do tempo os impostos, ou aquilo que deveria ser pago, não foram eles que deixaram de contribuir com a previdência. Eles podem ter não recolhido porque não foi exigido por lei deles recolher ao longo do tempo das suas vidas. Se o empresário deixa de recolher, ou deixou de recolher aquilo que é de direito da Previdência Social, automaticamente a justiça já há muito tempo está no seu encalço.

Agora, se nunca cobraram, se nunca exigiram, a não ser o Funrural do trabalhador, por que hoje se preocupar aqui e exigir evitar fraudes na aposentadoria do trabalhador? Apenas estou fazendo esses comentários para deixar muito bem claro da minha preocupação com esta gente que aí está, que tanto deram de si, que tanto trabalharam.

Hoje tem pessoas idosas, eu atendo no meu escritório em Irati pessoas de setenta, setenta e cinco, oitenta e poucos anos de idade e que não pode sequer se beneficiar com uma pensão vitalícia, que custa hoje setenta reais por mês, para comprar pelo menos o seu remédio. Tenho casos concretos dentro do meu escritório, além destes, tenho outros enormes, uma fila de pessoas, de agricultores que deram tudo de si; hoje doentes, velhos, que não têm mais como produzir e que estão sobrevivendo à custa da ajuda-comunitária.

Concedo o aparte ao Dr. Rosinha.

O Sr. Dr. Rosinha - Deputado Toti Colaço, nós sabemos que a Previdência Social, no nosso País, tem causado inúmeras injustiças. Entre todos os mais injustiçados têm sido os trabalhadores rurais. Todos os trabalhadores sofrem injustiças da Previdência Social, mas os mais injustiçados, as maiores vítimas são esses trabalhadores. Trabalham anos a fio, na labuta, na lavoura, às vezes até com 7, 8 anos de idade e nunca foi dito a eles que eles tinham que ficar guardando todo e qualquer papel como comprovante.

Todo trabalhador rural trabalha sábado, domingo, só a chuva às vezes o impede de ir para a roça, e a maior prova de que ele trabalha são os calos nas mãos dele que nunca são respeitados! Esses trabalhadores, do Governo Itamar para cá, do malfadado acordo feito com FMI, quando o Ministro era o atual Presidente, Fernando Henrique Cardoso, dificultou ainda mais a aposentadoria deles, através da última medida provisória.

Agora com toda essa dificuldade colocada, com toda essa maneira arrogante de se relacionar com os trabalhadores, nós temos um Ministro da Previdência, Reinold Sthefanes, paranaense, que não tem a mínima moral para exigir o que eles estão exigindo desses trabalhadores, uma vez que o atual Ministro se aposentou como funcionário da Prefeitura de Curitiba, prematuramente, e diz ele que está doando essa aposentadoria para a Santa Casa. Não importa se ele está doando ou não, a maneira com que ele se aposentou é uma maneira que ele pode considerar legal mas é totalmente imoral!

E é imoral para ele, agora querer fazer o que ele está fazendo em cima dos trabalhadores que trabalharam, muito mais do que ele na vida, para tentar garantir um salário mínimo, enquanto ele se aposenta com um salário várias vezes o valor desse salário mínimo!

Portanto esse Ministro, acho que falta para ele um pouquinho de vergonha para andar por aí falando o que ele fala e tentando fazer as reformas que ele deseja. Reformas estas que só vêm prejudicar a classe trabalhadora, depois que ele goza alguns privilégios que todos nós reconhecemos.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço o aparte de V.Exa. e apenas para encerrar volto a reafirmar, no projeto da Previdência não existe uma luz para o bóia-fria, este que é o trabalhador rural de carteira assinada e nada mais.

Quem é Parlamentar do interior? Quem vive no interior como eu vivo e que conhecemos profundamente como é que se trabalha a terra e de que forma os agricultores li-

dam com a sua produção é impossível exigir, pelo menos nos dias atuais, que colono que está com 60 anos de idade, ou 55 anos de idade, exigir uma carteira assinada para poder se aposentar. Colono nenhum, agricultor nenhum vai ter registro de carteira nenhuma. No entretanto, na hora da colheita do algodão, do feijão, que aconteceu agora e que ainda está acontecendo, são exatamente os bôias-frias que estão lá, de cedo até a noite catando, colhendo a lavoura dos nossos agricultores, no prazo de 30, 60 e até 90 dias.

Concedo o aparte ao Sr. Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi - Deputado Toti Colaço, V.Exa. levanta, nesta Casa, uma questão de extrema importância. Na verdade, como colocou V.Exa. é uma matéria que diz respeito ao Congresso Nacional, mas nós como Parlamentares do interior, ligados aos pequenos produtores e aos trabalhadores rurais nos preocupamos muito com estas questões. Acho um absurdo porque os pequenos agricultores, os trabalhadores rurais, são, na verdade, os trabalhadores que começam a sua jornada de trabalho muito mais cedo do que outros segmentos. Haja visto que a partir de 8, 9 anos esses trabalhadores começam nas propriedades de seus pais ou até como mão de obra volante a trabalhar para ganhar o pão para suas famílias. Acho que é uma situação que nós, como representantes da população solicitamos, como já fiz ao sindicato dos trabalhadores da minha região sugestões no sentido de enviar ao Congresso Nacional e principalmente à bancada do Paraná subsídios para que esses agricultores não sendo, como colocou V.Exa. mais uma vez lesados na sua aposentadoria. Falo aqui de ca-deira, meu pai é um pequeno agricultor, tem oito alqueires de terra, tem 60 anos de idade e minha mãe 65, as duas aposentadorias foram indeferidas. Razão pela qual acho que nós devemos levar essas sugestões ao Congresso Nacional para que não seja cometida essa injustiça com relação a aposentadoria dos trabalhadores a ser revista agora na Constituição.

Muito obrigado!

O SR. TOTI COLAÇO - Obrigado, pelo aparte. Agradeço a atenção de todos os Senhores Deputados, e fica aqui feito o registro da preocupação desse parlamentar com a reforma da Previdência Social. Haveremos de voltar breve sobre esse mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Sr. Presidente, Deputado Anibal Khury, caríssimos com-

panheiros Deputados.

Subo à Tribuna hoje para trazer uma preocupação que me foi passada pelo Presidente do Sindicato Rural de Cornélio Pro-cópio Sr. Wilson Baggio que diz respeito à cafeicultura do Estado do Paraná. Já no início do meu pronunciamento destaco que o café não é um tema ligado e afeto ao Ministério da Agricultura. O café é de responsabilidade do Ministério da Indústria e Comércio. O descaso, a desatenção e o des-respeito das autoridades federais, do Banco do Brasil, do Ministério da Indústria e Comércio com o café nos últimos anos fez com que o Paraná tivesse a sua lavoura de café reduzida de um milhão e trezentos mil pés para pouco menos de 300 mil pés, resultando isso tudo num desemprego maior na agricultura, já que o café é dentre todas as lavouras a mais social, aquela que mais segura o trabalhador no campo, aquela que mais emprega e mais fortalece a zona rural do nosso País. O que acontece é que o café sofreu no ano passado duas fortes geadas, no final do mês de junho e no início do mês de julho, seguido após isso de uma extensa seca, isso tudo deteriorou muito toda lavoura cafeeira, e o Banco do Brasil acenou com a possibilidade de um financiamento de recuperação da lavoura cafeeira, danificada por essas duas geadas seguidas dessa seca muito prolongada. Mas o que espanta a todos nós nesse aceno de liberação de um financiamento de recuperação é que o Banco do Brasil iria se utilizar para esse financiamento de recursos do chamado FUNCAFE.

Recursos esses que a exemplo do FGTS que pertence aos trabalhadores o FUNCAFE pertence aos Cafeicultores, foram eles que criaram esse fundo e com arrecadações e contribuições compulsória fizeram o bolo tributário que hoje está em seiscentos milhões de reais, essa é a soma total de recursos que compõem o FUNCAFE, e o Banco do Brasil acenou com a liberação de 100 milhões de reais para cumprir esses objetivos do financiamento de recuperação. O Conselho Monetário Nacional aprovou, isso ficou preso durante muito tempo na Secretaria de Planejamento. Foi uma luta intensa de todos os setores ligados à cafeicultura no Paraná e no Brasil. Após isso a SEPLAN conseguiu e concordou com a liberação, isso chegou no Banco do Brasil. Ocorre que os cafeicultores que já haviam feito extenso trabalho de capinagem, desbrota, a quebra dos galhos secos e a retirada, a fertilização, o combate a ferrugem e outras pragas tiveram despesas de investimentos na recuperação do seu café, apresentaram as suas propostas no Banco do Brasil. O Banco do Brasil acatou mas depois chamou os cafeicultores que já haviam feito todas essas despesas para dizer que

ia glosar esses pedidos e só ia liberar 1/3 do valor solicitado, alegando que os trabalhos já realizados, o financiamento a esses trabalhos já realizados representariam uma reposição de gastos, o que não ocorre em nenhum setor, meu Deus do céu, em nenhum setor da agricultura.

Então por isso eu vou fazer uma forma de indicação e solicito que seja feita uma indicação assinada por todos os Deputados, direcionada ao Senhor Ricardo Conceição, que é o atual diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, à Senhora Ministra da Indústria e Comércio, Dorotéia Verneck para que olhe com mais atenção para essa cultura social, essa cultura geradora de empregos e que, através do FUNCAFÉ que não pertence ao governo, pertence aos cafeicultores, da mesma forma que o IBC pertence aos cafeicultores, libere uma soma maior de recursos para que principalmente o nosso Estado do Paraná possa recuperar a sua lavoura cafeeira, não só a que existe, mas ampliar o seu parque cafeeiro e assim nós estaremos fortalecendo o nosso setor agrícola, fixando o homem no campo e gerando empregos na zona rural onde nós precisamos para diminuir o êxodo rural, o inchaço das grandes cidades e permitirmos um melhor planejamento da nossa sociedade.

Fica o pedido ao Presidente, aos Senhores Deputados e registrada assim a minha preocupação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra o Senhor Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que nos traz à tribuna nesta tarde, são dois assuntos: o primeiro assunto é o cumprimento que eu gostaria de trazer em nome dos agricultores de Ponta Grossa e dos Campos Gerais ao Secretário de Agricultura do Estado do Paraná, Hermas Brandão, pela sua atitude que em primeiro lugar vai de encontro aos interesses do plano de governo traçado pelo então candidato Jaime Lerner e que deve ser implementado no Estado do Paraná. O Secretário Brandão atendendo um pedido formulado por nós, Deputados de Ponta Grossa, Luiz Carlos Zuk, Plauto Miró Guimarães Filho, eu pessoalmente e o próprio Deputado Péricles, para que a cidade de Ponta Grossa e os Campos Gerais não perdessem a Usina de Mel que é algo que está postado em Ponta Grossa, esteve por muitos e muitos anos distante dos domínios da cidade e agora é reivindicado pela sociedade pontagrossense e não só por Ponta Grossa, mas por todos os Campos Gerais para que se possa ter a produção de mel e o Secretário Hermas Brandão, numa atitude de respeito aos Campos Gerais, nu-

ma atitude de respeito principalmente aos produtores de mel determinou a imediata investigação de um documento assinado há 3 dias do final do governo passado em que era passado tudo aquilo que está lá para a Associação Paranaense de Apicultores, numa espécie de querer-se monopolizar o mel no Estado do Paraná. Os produtores reclamaram, nós Deputados dos Campos Gerais nos movimentamos e ainda ontem, conversando com o Governador do Estado, Jaime Lerner, ficou dito de que ninguém vai tirar o que está lá em Ponta Grossa, ficará para se tornar o primeiro polo industrial da região dos Campos Gerais.

Então Senhor Presidente, nobres colegas eu gostaria de deixar aqui registrada a satisfação dos Campos Gerais, dos produtores, especialmente ao Secretário Hermas Brandão pela atitude primeiro de valorizar a região dos apicultores dos Campos Gerais.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós também gostaríamos de manifestar hoje a nossa satisfação de no dia de ontem ter sido recebido pelo Governador Jaime Lerner, oportunidade em que o Governador nos falou mais a respeito do que está fazendo, porque a gente vê, de vez em quando, alguns murmúrios de que o Governo está um pouco devagar, mas na verdade não é isto. Na verdade o Governo do Paraná, naquilo que sentimos do Governador ontem, está se preparando para quando começar a partida exatamente como tem que ser feita, fazer muitos gols e é isto que o Governador está fazendo. O Governador está se preparando e está juntando exatamente aquilo que precisa, está se preparando e certamente fará o Governo que todos nós estamos esperando.

Fiquei muito feliz por ser da área social o meu trabalho pois o governador me disse que uma das principais metas do seu Governo, de acordo com seu plano, é o social, é o trabalho social, é o trabalho pelas crianças, pelas pessoas mais simples. Recebi isto ontem do Governador e fiquei muito contente e contente também pelo aumento dado aos professores, quando a maioria dos Estados não concedeu aumento ao funcionalismo, o Governador do Estado concedeu, chegando ao limite que o Governo poderia chegar.

Então, ontem conversando com o Governador a gente sentiu uma força, uma vontade do Governo em realmente fazer com que o Paraná fique contente com o seu Governo. E aqueles que às vezes se precipitam, acham que o Governo em dois meses tem que resolver tudo, que dêem um tempo, o tempo será sem sombra de dúvida o maior testemunho deste grande governo que Lerner está começando e que me orgulha muito dizer de que começa principalmente pelo social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, era isto que o Jocelito gostaria de deixar registrado nesta Casa, nesta Sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria inicialmente de uma abordagem rápida a respeito do nobre Líder Algaci Túlio, a respeito da questão das kombis. Já ouvi pronunciamento nesta Casa da Liderança do Governo, da Liderança dos Partidos, dando como um fato consumado a questão das kombis. Eu tenho um ofício em mãos que foi passado pela Secretaria da Administração a Prefeituras, a APAES, a entidades da base municipal. Pela intensidade dos telefonemas que se recebe e pelo prazo colocado neste requerimento do dia 15 para entrega, eu gostaria e se V.Exa. julgar ser verdadeira a informação de que não haverá recolhimento das kombis, de pedir inclusive apoio aos jornalistas que cobrem esta Casa, que colocassem uma pequena coluna nos jornais de que este fato está superado, até para gerar tranqüilidade aos municípios lá no interior que não ouvindo os pronunciamentos que são feitos nesta Casa, as colocações que são ditas aqui de que as kombis ficarão e como amanhã é o dia 15, a fim de evitarmos transtornos que se coloque nos jornais de que as kombis permanecerão com as entidades que estão de posse delas, fazendo uso delas em serviço, para terminarmos definitivamente essa questão e para evitarmos inclusive que algum município daqui a pouco se desloque lá do interior até a Capital para cumprir aquilo que foi dito no Requerimento, e chegando aqui tem uma despesa desnecessária, porque nem sempre aquilo que se comenta nesta Casa consegue chegar à base dos Municípios. E tenho certeza absoluta pelo o que tenho conversado com os Municípios que o ofício dizendo de que está garantida a kombi lá no Município não foi enviado, portanto oficialmente continua valendo esse ofício da Secretaria de Administração.

Mas Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, quero registrar aqui desta Tribuna uma preocupação que envolve o Estado do Paraná, é o problema da agricultura. No dia de amanhã, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, nesses Estados do Sul do Brasil eu tenho certeza, não sei se nos demais, Mato Grosso do Sul que diz o Zuk, estará sendo feito uma ampla movimentação de agricultores com referência aos problemas que atravessa nossa agricultura. Uma manifestação agora no dia 15, e pela

organização do movimento se percebe de que já fica mais ou menos pré-determinada uma nova concentração para o final do mês se não tivermos condições razoáveis para o problema agrícola.

A Assembléia Legislativa que é exatamente a Casa de representação popular, formada por Parlamentares que representam as mais diversas regiões do nosso Estado do Paraná, não pode ficar alheia a esse fato que atravessa a agricultura brasileira e, principalmente, com maior intensidade a agricultura do Sul do Brasil, até pela sua proximidade com os Estados, com os Países, melhor dizendo, que integram o Mercosul.

Ouvia hoje o nosso companheiro Parlamentar e Secretário da Agricultura, Hermas Brandão, numa entrevista falando de ações do Governo Federal e do Governo Estadual para minimizar a questão do milho. Via o Secretário colocar o preço de 6,30 reais o preço mínimo do milho, e que o mercado estava pagando 4,50.

Quero deixar um testemunho de que a nossa região do Sudoeste do Paraná 4,50 o agricultor não tem conquistado, o agricultor tem vendido o milho, com desconto de FUNRURAL, recebendo líquido de aproximadamente 3,00 reais. Via uma liberação de recurso do Governo Federal, do Ministério da Agricultura para o Estado do Paraná, já defasada na necessidade para o mês de março. Chamo a atenção dos companheiros para a gravidade da crise do setor. O que necessita-se de recurso para a safra no mês de março, já está faltando, segundo ouvi o Secretário da Agricultura no seu pronunciamento, oito milhões de reais.

Temos que acreditar e prever que no mês de abril haja liberação, no mês de maio haja liberação, o Paraná tem safras agrícolas como o da soja que atinge maio e até o começo de junho na sua comercialização. E conhecemos todos nós o que faz e o que está fazendo o Governo Federal na tentativa de reter recurso; por conseguinte, espero que este pronunciamento seja de solidariedade ao Ministério da Agricultura, a Secretaria de Agricultura, para que nós aqui nesta Casa, fazendo repercutir os dramas da agricultura, possa sensibilizar o Governo Federal na liberação de recursos da Secretaria de Planejamento, do Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, a esse setor fundamental da vida brasileira.

Somos um País, Srs. Deputados, que luta no desenvolvimento da sua indústria. Somos um País que tem tentado riquezas de subsolo, aumentar a exploração de petróleo, descobrir, explorar jazidas minerais, mas, indiscutivelmente o produto de maior valor e o produto pelo qual o Brasil se sustenta de pé é a sua Agricultura.

Temos necessidade, portanto, de estar presentes numa mobilização que chame a atenção ao problema que nós vivemos, da nossa agricultura. Acho importante uma colocação ouvida do Secretário Hermas Brândão, a respeito de que se garantiria a compra de até 150 sacas de milho de cada agricultor.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, uma cultura média de milho produz 150 sacas num alqueire. Nós garantimos a compra de um alqueire de milho! Estamos sem condições de garantir o resto! Mas o que nos preocupa mais é que o problema da Agricultura estoura em cima do milho, a crise da Agricultura estoura em cima do milho, Deputado Duílio Genari. Mas é de se antever que discutimos muitos assuntos com respeito a MERCOSUL, problemas de capitais, problemas de grandes centros, discutimos o intercâmbio que São Paulo faz com Buenos Aires, que os centros industrializados fazem, medimos na balança de pagamento, de nosso País, o que isso representa. Ajustamos algumas tarifas para que o MERCOSUL pudesse ser uma realidade, mas quer me parecer que estamos desconsiderando, na avaliação de tudo isto, como daremos sustentação aos setores primários da nossa Economia.

Me parece que uma análise superficial do problema nos mostra que a agricultura do Paraná e do Sul do Brasil enfrenta dificuldade muito grande com a comercialização do milho, pela entrada do milho do Paraguai e da Argentina, com preço mais baixo e com prazo mais longo de pagamento. Mas é só ficarmos um pouco mais atentos, e nós vamos perceber que começa a entrar queijo da Argentina no mercado do Brasil, especificamente aqui no Paraná, com preços muito inferiores ao do queijo produzido no nosso País. Isso, conseqüentemente, se não tiver um ajuste de proteção, vai criar sérios problemas para o rebanho leiteiro do Estado do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, do Mato Grosso e do nosso País, como um todo.

Fico pensando, Senhores Parlamentares, o que vai acontecer na safra de trigo do Brasil, já que todos nós sabemos que tradicionalmente a Argentina é grande produtora de trigo, aqui no hemisfério sul. A farinha argentina, em todas as crises que possam ter ocorrido, com relação ao câmbio brasileiro com o câmbio argentino, a farinha argentina, para mim fronteirista, sempre foi um produto possível de comprar na Argentina, por preço menor do que aqui no Brasil. Se nós não tivermos cuidado nós vamos estourar com a nossa lavoura de trigo no Sul do Brasil, importante a nossa lavoura e não significativa, a nível nacional, visto que somos importadores, desestimulando o plantio deste cereal, que

sem dúvida alguma, o próprio símbolo da alimentação, do pão e tantos outros derivados.

Então essa movimentação da Agricultura, no dia de amanhã, ela não se desmobiliza pelo fato de termos colocado algumas medidas paliativas com o que diz respeito à questão da TR e do milho, que é uma questão atual que estamos vivendo. Este problema só pode nos servir como um alerta para que nos Estados profundamente agrícola fiquemos de atalaia em um combate em apoio aos segmentos da agricultura tentando mostrar que vamos ter dificuldades enormes em cada safra que acontecer porque os recursos de financiamento de custeio e de aquisição são escassos, o País não adota o princípio de subsídio a nenhum produto da agricultura. Não adota nenhum princípio. Sofremos a partir de agora e sofreremos em todas as safras uma concorrência de importação de produtos básicos da agricultura via MERCOSUL, isso pode ser profundamente drástico para o Estado do Paraná. Nós que em tantos pronunciamentos na quase maioria dos nossos parlamentares demonstramos preocupação por termos terminado com a nossa cultura de café que consumia a mão-de-obra. Substituímos muitas culturas permanentes como o algodão, o rami, e isso gerou uma legião de bôia-fria. Em regiões que não existia o trabalhador volante eles aparecem hoje em profusão, no Oeste, no Sudoeste, pessoas que fazem aumentar o volume de trabalhadores saídos do campo. Lutamos por um lado por industrialização para gerar emprego, mas se não tivermos cuidado de uma proteção da agricultura primária do nosso País, mantendo o nosso pequeno agricultor no campo, todo o esforço feito para gerar emprego através da indústria será anulado pela quantidade descomunal de agricultores que deixaram a lavoura por total impossibilidade de subsistir devido ao aviltamento do preço.

Quero só confessar, Deputado Silvestri, antes de lhe conceder o aparte. Na semana passada estive no Município de Boa Vista da Aparecida na inauguração da sede do Sindicato, portanto, com pequenos agricultores daquele município. Terminada a solenidade de inauguração ficaram 20 agricultores para almoçar porque não tinha condução para irem embora. Entre o almoço e uma cerveja e outra, o preço do interior, custou o almoço para as vinte pessoas cento e cinco reais. Convenhamos para parlamentares que vivem em Curitiba que eventualmente almoçam ou jantam fora, percebem pelos preços que estou dizendo, que é um preço de interior, impraticado nas grandes cidades brasileiras e nas médias cidades brasileiras, cento e cinco reais para vinte pessoas. Pois bem, Senhores

Parlamentares, usei esse gancho para colocar inclusive naquela oportunidade. O milho vendido a três reais e cinquenta centavos a saca, vai dar exatamente trinta sacas de milho para pagar 105 reais. É evidente que numa condição dessa o agricultor não vai continuar plantando milho, e na sequência não vai plantar trigo, e corremos o risco de não termos nenhum incentivo para plantar soja, e acontece a evasão da área agrícola.

O preço pago, nobre Deputado Silvestri na lavoura de milho tradicional do Paraná, nas regiões produtoras de suíno o milho sempre foi plantado em terras dobradas. A terra dobrada não é lavoura mecanizada, é colhido através do trabalho normal da família com a contratação de trabalhadores. Se fizermos uma conta de três reais e meio por saca, nós chegamos à conclusão de que se um agricultor tiver que contratar mão-de-obra para quebrar, colher e depois debulhar o milho, ele vai gastar mais do que isso com mão de obra do que com o produto que ele vai tirar da sua lavoura. Isso tem que ser um alerta para todos nós porque somos um Estado agrícola. Não podemos perder noção disso e um Estado agrícola que tem no casamento da sua lavoura branca exatamente o milho, o feijão e a soja. Se esses preços não correspondem à expectativa, é evidente que o agricultor deixa a lavoura, porque é muito mais interessante para ele trabalhar como peão a 7, 8, 10 cruzeiros por dia do que ficar na lavoura com sacrifícios, intempéries, com a possibilidade de não ter colheita e mesmo tendo, não tem possibilidade nenhuma de satisfazer as suas necessidades básicas.

Concedo aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

Sr. Cezar Silvestri - Deputado, gostaria novamente de somar ao pronunciamento e aos demais Deputados que já falaram sobre esse assunto, Deputado José Maria, Edgar Bueno. Mas na verdade, a questão básica e primordial que nós vamos enfrentar agora nos próximos anos, deixando de lado o problema seriíssimo dessa safra, porque acho que a agricultura brasileira nunca enfrentou uma situação tão delicada como está enfrentando nesse momento. O Senhor está dando alguns números, regiões onde a topografia é acidentada como por exemplo, os municípios de Palmital, Laranjal, enfim, Municípios da região centro-oeste do Paraná que eu represento, a situação é mais drástica ainda em virtude da má condição de tráfego nas estradas, os transportadores estão abusando na questão do frete, e hoje têm agricultores recebendo menos de dois reais num saco de milho.

O SR. CAITO QUINTANA - Correto.

O Sr. Cezar Silvestri - Então o problema dessa safra é muito sério, mas o que me preocupa é ver que as lideranças políticas, as lideranças maiores do nosso País não estão preocupadas com o problema do MERCOSUL: está aí um modismo mundial na questão da abertura de mercado sem na verdade, fazer as devidas avaliações, inclusive há dias atrás, o Deputado Vanhoni quando falava aqui com o Presidente do BANESTADO, levantou essa preocupação fundamentada. Nós, há questão de dois anos atrás tivemos um encontro sobre o MERCOSUL. Se não me engano, o Ministro do MERCOSUL era o Ministro Chiarelli. Para se ter uma idéia do descaso com relação à agricultura, Deputado Caíto Quintana, levantamos a questão e a preocupação da nossa região, quer dizer, o sul do país, não somente a nossa região, mas o sul do país basicamente planta trigo, soja, milho, batata e maçã, e levantamos a nossa preocupação.

É praticamente impossível competir com a Argentina na questão do trigo. Para se ter uma idéia, em algumas regiões da Argentina se planta trigo há mais de 50 anos e não se usa adubo. A questão dos inseticidas e de outros defensores, praticamente não se utiliza lá em função do clima. Quer dizer, é impossível competir com a Argentina em relação ao trigo.

Com a batata, da mesma forma e com a maçã também. Então, são alguns produtos que praticamente serão erradicados do sul do país com a abertura do MERCOSUL e aquilo que é bom para São Paulo - porque o MERCOSUL traz vantagens para os Estados industrializados por algum tempo.

É isso que as autoridades maiores do país não se alertaram, porque hoje temos a indústria argentina sucateada, mas isso dentro de 5 ou 6 anos, estão equipando essas indústrias, quer dizer, levaríamos vantagens durante 5 ou 6 anos na questão da indústria, mas na agricultura, será a falência da agricultura para o sul do país e com isso, poucas pessoas estão se preocupando.

Acho que poderia partir aqui da Assembléia uma proposta de que o representante do sub-grupo "8" que é o que trata da agricultura, o representante teria que sair de um dos três Estados do Sul. Acredito que deveria sair do Paraná como o Estado que mais produz na região Sul do país.

Acho que esse movimento teríamos a obrigação de levantar e começar a partir de agora, fazer um movimento com assinatura de todos os Deputados, encaminhando para as autoridades em Brasília, para que o representante do sub-grupo "8" para o MERCOSUL saia do Paraná e alguém que realmente seja ligado ao setor agrícola.

Há previsões de salvaguarda, inclusive no acordo do MERCOSUL que não estão sendo cumpridas. A própria lei agrícola nossa prevê essas salvaguardas que também não estão sendo cumpridas. A própria lei agrícola nossa, prevê. Agora, na importação de milho da Argentina, num momento completamente desfavorável, importar em plena safra! Quer dizer, isso está agravando muito mais a situação da agricultura, sem que as pessoas que realmente têm poder de decisão, se preocupem com o caso. Acho que temos a obrigação cívica de iniciarmos o movimento a partir da Assembléia Legislativa.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Coloca e enriquece o seu pronunciamento e o seu aparte, porque dá um enfoque do que eu tentava dizer. O MERCOSUL teve uma grande preocupação dos Estados industrializados.

E vejam uma coisa, Senhores Deputados, no instante em que a importação de veículo estrangeiro no país começou a criar uma espécie de concorrência para a indústria nacional de veículos, imediatamente se tomou uma medida aumentando o imposto de importação, alegando-se evasão de divisas.

O país, sistematicamente ouvimos na área econômica citar o grande problema que estamos enfrentando devido ao excesso de importações ao Brasil com a liberação da importação. Mas quer me parecer, Deputado, que ninguém está preocupado com a entrada de produto agrícola que também é uma evasão de divisas, uma evasão de divisas que fere o programa econômico do Governo, mas mais do que isto, uma concorrência desleal ao nosso pequeno agricultor brasileiro e endosso plenamente a sugestão de Vossa Excelência de que no Grupo 8 do MERCOSUL tenhamos como representante alguém de Estados que tenham característica agrícola.

A grande riqueza do Estado do Paraná, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso, mesmo de Santa Catarina, é a preocupação com a agricultura. Se tivermos como representante no MERCOSUL, no Grupo 8, pessoas de Estados não tão avançados na agricultura, ou de Estados industrializados, certamente o denôdo na defesa desse setor importante da economia do país, não será o mesmo de que alguém que sinta aqui no dia a dia o quanto repercute no lado social.

Não posso entender, Senhor Deputado, que duas carteiras de cigarro correspondam ao preço de uma saca de milho. Não é possível o agricultor que passa o tempo inteiro rezando a Deus que chova na hora certa, que não faça sol, depois de ele ver a lavoura pronta para ser colhida, ele não tenha na colheita o fruto do seu trabalho, capaz de gerar recursos para custear um

momento final.

Então, isto sirva de alerta para continuarmos, participarmos juntos, darmos repercussão ao movimento que a agricultura brasileira fará amanhã e continuar este movimento e continuarmos ações internas na Assembléia Legislativa para procurarmos nos antecipar aos fatos, não permitir que nas novas safras aconteça novamente o que está acontecendo ao agricultor, porque a pessoa trabalhadora é, mas ninguém é capaz de permanecer num setor que não lhe dê a condição mínima da expectativa de que com a sua produção ele possa ter a sustentação da sua família e o bem-estar da sua casa.

O Sr. Augustinho Zucchi - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Caíto, apenas para colaborar na sua preocupação. Acho que Vossa Excelência levanta esta questão já colocada aqui anteriormente com muita propriedade. E os agricultores na verdade estão cumprindo, já cumpriram a sua parte. Oitenta e um vírgula seis milhões de toneladas estão sendo produzidas. A TR tem que ser extinta, retroativa a julho, porque os agricultores já foram indexados através dessa correção. Não adianta agora, neste momento, daqui para a frente os novos financiamentos. É claro que tem produtor que jamais vai ter a condição de entrar num banco na situação em que se encontra.

Outro ponto fundamental e que gostaria de colocar, que com relação ao movimento dos agricultores, Deputado Caíto, não é mais um alerta. Alerta já foi há dias atrás. Já é um grito de desespero, e nós, como Vossa Excelência colocou aqui, quero me somar a intervenção do Deputado Cezar Silvestri, de que temos a responsabilidade cívica, não sei se muita gente está se apercebendo deste momento, que é triste para a nossa agricultura. Se não tomarmos uma atitude neste momento, não há como mais pedir ao agricultor que continue lá trabalhando, razão pela qual acho que temos o dever de integrar esse movimento dos agricultores e buscar soluções e neste movimento, Senhores Deputados, não há partido. Como diz o movimento aqui dos agricultores: "A agricultura, questão de segurança nacional".

É uma causa que extrapola qualquer partido, qualquer segmento, porque é a base de sustentação do desenvolvimento do País.

Somo-me a Vossa Excelência neste pronunciamento, e também registro aqui que participarei desse movimento dos agricultores na nossa região, Deputado Caíto Quintana, no dia de amanhã.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Antes do aparte ao

Deputado José Maria Ferreira, gostaria de sugerir, Senhor Presidente, e conversarei com as lideranças antes, porque Vossa Excelência submete no final da reunião a aprovação. Acredito, Senhor Presidente, que nós, Deputados nesta Casa, a grande maioria oriunda do interior, deveríamos nos somar a esse movimento, pacífico, ordeiro, um alerta na questão da agricultura. E me parece que seria o cumprimento de uma função da Assembléia, visto que ainda não estamos com comissões instaladas, que a Assembléia Legislativa, no dia de amanhã, não realizasse Sessão Plenária para que os Deputados integrantes deste Poder pudessem participar nas suas regiões, num apoio da Assembléia Legislativa a um movimento dos agricultores, para que eles cheguem mais longe, e possa mostrar o quadro tão ruim que estamos vivendo e de tanta preocupação.

Realmente se cada um dos Senhores fizer um exame de consciência, vai perceber que todo o trabalho que estamos realizando de desenvolvimento do Paraná, de geração de emprego do Paraná, de fixação do homem no campo, ele vai ser completamente anulado, se não tivermos uma posição firme em defesa da agricultura, que é a característica fundamental do nosso Estado; é não presos aqui pela questão da Sessão.

Além de tudo, estaríamos criando um fato político da Assembléia Legislativa, participando junto com o agricultor do Paraná num grito pacífico, mas de alerta ao problema que o nosso País atravessa neste instante na questão de agricultura, principalmente na região sul.

Concedo um aparte ao Deputado José Maria Ferreira.

O Sr. José Maria Ferreira - Deputado Caíto, agradeço o aparte e o cumprimento pelo brilhantismo e pela lucidez do vosso discurso. E gostaríamos de contribuir no sentido de que foram estas as nossas palavras, bem pouco tempo atrás quando usamos a tribuna, no sentido de que esta Casa e as autoridades se sensibilizem, que possamos nos reunir e ir para a luta, não ficarmos apenas no discurso. Daí a proposta de suspensão da Sessão de amanhã é de extrema importância, e ela vem ao encontro do interesse e do momento que lhe é importante para a agricultura brasileira, especialmente para a paranaense.

E quero dizer, com relação ao trigo, que antes que o Governo abandonasse o agricultor, plantador de trigo, o Paraná plantava dois milhões e oitocentos mil hectares, e agora só planta setecentos mil hectares. E se demorar mais um pouco a sofrer as investidas do trigo argentino, amanhã estaremos produzindo quem sabe cem, cento e cinquenta mil hectares. É necessá-

Curitiba, terça, em 14.03.95

rio que tomemos providências e tenhamos ação concreta no sentido da defesa da agricultura do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O Sr. Nelson Tureck - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Queria dizer ao Deputado, parabenizá-lo também pelo seu pronunciamento, e dizer: a agricultura leva porrada por todo lado, e junto com o agricultor está a falência dos municípios do interior que são agricultura, só tem agricultura. Exemplo, vocês vejam aí o que ocorre: Em 1990, quando fui Prefeito de Luiziana, é um município altamente agrícola, isso é Luiziana, é Mamborê, enfim, é todo o nosso interior, nós sofremos 39% de queda do ICMS, porquê? Porque foi dado prioridade aonde gera energia, foi dado prioridade aonde tem a industrialização, foi dado prioridade aonde nós temos aí a refinaria de petróleo; e os municípios do interior, Senhores Deputados, todos eles acabaram perdendo 15, 20, 30, até 40%.

Quero dizer o seguinte: então hoje, junto com a falência da Agricultura, temos um exemplo no Paraná, os municípios estão indo à falência também com a queda do ICMS, porque são municípios que só produzem.

Portanto, nobres Deputados, e ao Deputado que está na Tribuna, profundo conhecedor, que já foi Deputado várias vezes, dizer que nós precisamos tomar providências, porque com a falência do agricultor está indo à falência o nosso interior e nossos municípios.

Obrigado.

O SR. CAITO QUINTANA - Concedo o aparte ao Deputado Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Caíto, Vossa Excelência ao lado do Deputado Ailton Cordeiro, em 1985, subscreveu um requerimento, também por nós subscrito propondo a criação do Bloco Agropecuário, nesta Casa, porque naquela ocasião também no Brasil inteiro se organizavam movimentos. Em Brasília a Frente Parlamentar da Agricultura organizava este trabalho, porque naquela ocasião também a agricultura passava por um momento difícil. Foi aí que surgiu a liderança de Ronaldo Caiado à frente de todo esse movimento.

Hoje estamos com este problema, Vossa Excelência trata a discussão do MERCOSUL, os problemas da importação de trigo, e eu me recordo que, por diversas vezes, nesta Assembléia, falávamos a respeito dos problemas que sofreríamos em função do protocolo 22, que se assinou naquela ocasião, estabelecendo as cotas de importa-

ção. E como já se falou aqui, o Paraná que já teve oportunidade de produzir mais de 3 milhões de toneladas de trigo, hoje o Brasil inteiro não produz todo este trigo. Por quê? Medidas não foram adotadas aqui dentro do País e a importação prejudicou.

O Bloco Agropecuário tem se preocupado neste sentido, Vossa Excelência e os demais Deputados têm se preocupado e nós, a exemplo do que ocorreu há dias passados, quando tivemos o problema do "Panela Cheia", mais uma vez estamos reunindo o Bloco Agropecuário, na tarde de hoje, às 16:30 horas, com a presença da OCEPAR, que virá até nós, relatar, em nome dos demais integrantes, todas as ações que estão sendo desenvolvidas no sentido de que este movimento de amanhã, que será centrado em seis regiões de nosso Estado em especial.

É evidente que haverá os movimentos locais, mas estão centralizando em seis regiões de nosso Estado. Então eles virão aqui para relatar o que está acontecendo, o que deveremos fazer e possivelmente o Secretário Hermas Brandão, se puder virá, senão mandará o seu representante. Então para lembrar aos Senhores Deputados, tão logo termine a sessão, para que compareçam ao Plenarinho para ajustarmos as providências em respeito à agricultura paranaense e brasileira e também com referência ao movimento de amanhã, no qual todos os que puderem deverão participar.

Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Concedo o aparte ao Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares - Deputado Caíto, quero também me associar a sua preocupação e fazer aqui uma sugestão.

Realmente o problema é grave, extremamente preocupante, Vossa Excelência coloca, com rara felicidade toda essa gama de implicações que ao longo dos anos vêm nos perseguindo e nós não podemos ficar apenas nos discursos, nas reuniões, sendo que hoje nós temos uma condição quase que ímpar, que é o fato de termos como Ministro da Agricultura, um paranaense.

Então gostaria de propôr a Vossa Excelência e a Casa, que se tirasse daqui uma Comissão, bastante representativa, não necessariamente numerosa, e que fosse ao Ministro José Eduardo, e que em nome da Sociedade Paranaense dos Produtores do Paraná, a Assembléia Legislativa se fizesse presente para relatar a ele esta preocupação, e se somar, nós sabemos da luta do Ministro José Eduardo nessa questão, à sua luta, porque não dá mais para assistirmos, nobre Deputado, todos os anos o enfrentamento desses problemas de acordo com essa realidade.

Vossa Excelência fala em três reais a

saca de milho na sua região, na minha já está sendo comercializado a dois e cinquenta. Então não é possível, não há produtor que suporte isso, e o pior é que nós estamos há anos e anos falando que a agricultura é o suporte, é a alavanca, é a razão de ser desse País, é a mola propulsora desse País, da nossa economia, e na realidade é exatamente a agricultura que paga todos os anos a conta mais pesada pelos erros, pela omissão e pela indiferença e por outras ações não muito nobres de pessoas que nos representam nos diferentes governos neste País.

Portanto acho que deveríamos formar uma Comissão mais rapidamente possível e irmos à Brasília relatar essa preocupação ao Ministro José Eduardo e nos colocarmos à sua disposição para ao seu lado resolvermos definitivamente essa questão para vermos mais os nossos agricultores serem humilhados, serem expulsos até a terra e com as conseqüências sociais que todos conhecemos.

Parabéns a Vossa Excelência, essa é a sugestão que faço nesse momento.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço sua sugestão. E, para concluir, Senhor Presidente, nós encaminharemos à Mesa um Ofício e esperamos o apoio das demais lideranças para que haja suspensão dos trabalhos de amanhã para participação, e vale-me também, Senhor Presidente, desse momento para encaminhar à Mesa um pedido de abertura da CPI na questão de Bingo, Senhor Presidente.

É um fato que precisa ser levantado no Paraná sob pena de esgotarmos a nossa economia, não cumprirmos a Lei Zico, não cumprirmos a Lei Estadual que é autoria de Vossa Excelência, Senhor Presidente, de podermos ver como está proliferando isso no nosso Estado.

Temos assinatura de 24 Senhores Parlamentares, deixamos na Mesa para disposição daqueles que não foram procurados para assinar, para que essa Casa possa efetivamente através da disciplinação, da aplicação da lei prestigiar os clubes, os esportes amadores e os benefícios de que essa modalidade possa trazer, inclusive na aprovação de um projeto de autoria do Presidente da Casa que tramitará aqui de que parte desse recurso seja destinado ao menor carente do Paraná.

Muito obrigado pelos apartes e pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças com a palavra o Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Durante quatro anos consecutivos, tanto na administração Roberto Requião como na administração Mário Pereira, foram enviadas para esta Casa proposta de reajuste para os servidores públicos sempre com caráter diferenciado.

No mês de dezembro próximo passado o então Governador Mário Pereira com esse mesmo teor enviou mensagem a esse Parlamento aonde dava reajuste diferenciado de um mínimo de 14% e um máximo de 65% de acordo com as perdas salariais de cada categoria, e atendendo aquelas categorias que não tinham tido reajustes diferenciados em mensagens anteriores, isso na segunda proposta enviada pelo então Governador.

Naquele momento um grupo de Deputados que tinham apoiado a candidatura do atual Governador Jaime Lerner combateu a proposta de reajuste diferenciado e propunha um reajuste linear, desconhecendo que aquela proposta era para corrigir distorções entre os trabalhadores do DR, da Saúde, trabalhadores do IPARDES, uma parte de policiais militares, entre outros constituiu-se naquele momento, um bloco majoritário no qual concedeu um reajuste linear de 16% a todos os servidores públicos do Estado com a promessa de que a diferença salarial, se daria essa correção até o mês de fevereiro.

Pois bem, Srs. Deputados, chegamos ao mês de março. A mensagem até há poucos instantes atrás não se encontrava sobre a Mesa, mas a rede de televisão foi usada ontem para dizer que o reajuste seria diferenciado: 10% para o servidor, aquele servidor que poderia ter tido uma reposição na vez anterior que variava acima de 14% e que teve que engolir 16% na proposta linear. Aquele servidor que quero dar como exemplo: um professor universitário, assistente adjunto 2, com 40 horas semanais entre salário, 15% por tempo de serviço e 30% por mestrado, percebe um total de mil reais.

Esse servidor, esse professor que teria contemplado lá atrás, uma proposta diferenciada maior, agora se vê, inclusive sem tomar conhecimento da mensagem, se ele está incluído entre os professores da Secretaria Estadual da Educação ou eles estão excluídos e continuam como professores da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Esses trabalhadores que teriam o mínimo das suas necessidades atendidas, lá em dezembro, vêm agora novamente, escapar esse atendimento e vão ter que aceitar ou vão ter que engolir os 10% impostos ou vão ter que ir para a luta como sempre fizeram e provavelmente, continuarão a fazer.

Aquele reajuste lá atrás que a Bancada governista, por toda a teimosia que tiveram que dizia que tinha que ser linear,

agora provavelmente vai debater e vai votar esse reajuste que é diferenciado, que, diga-se de passagem, atendendo aos mesmos setores que anteriormente já tinham sido atendidos em reajustes diferenciados anteriores. O servidor público do Estado do Paraná, quem visitou um órgão hoje como eu visitei a PGE, o IPARDES, se foi visitar, constatará o mesmo ânimo que constatou durante a gestão Requião e gestão Mário Pereira, o ânimo de tristeza, ou seja, o desânimo, a vontade de ir para a luta mas não conseguir se organizar para ir para essa luta e quando vão à luta, são chamados de baderneiros, mas ninguém olha para o bolso e para a situação financeira desses trabalhadores que percebem míseros salários.

Quando um professor universitário, com tudo o que eu falei, perceber somente mil reais para justamente dar tempo de tudo aquilo que aprendeu, para a educação paranaense. Dizer que 25% deixaram os professores alegres, ledô engano, Srs. Deputados, porque um salário de 180 ou 200 reais, 25% são insuficientes. Não queremos que se dê tudo de uma vez, mas aquela promessa da reposição e aquela promessa de se estudar a política salarial, continua na promessa pois nenhuma entidade dos servidores foi ainda chamada para sentar-se à mesa para discutir um plano salarial, um plano de cargos e para discutir uma política salarial que atenda as necessidades dessa população.

Quero que não seja real o que se diz, que se a mesma política for aplicada no Estado como a mesma política do município de Curitiba, coitados desses servidores! Espero que não seja assim, pois no município de Curitiba, com 15 anos, sendo médico, são R\$ 500,00 o salário e nesse período, durante 8 anos, o Prefeito foi o Sr. Jaime Lerner.

Senhor Presidente, gostaria em nome do PT, solicitar à Mesa Executiva desta Casa, que estude um reajuste superior a 10% aos servidores da Assembléia Legislativa, pois a mesma penúria em que vivem os demais servidores, vivem os do Poder Legislativo. Sabemos que o Poder Legislativo tem 2% do Orçamento do Tesouro para cá. Que estude dentro desses 2% a possibilidade de um reajuste, no mínimo igual àquele que está sendo concedido aos professores de 25%, porque nos corredores desta Casa, nós Deputados, já cansamos de comprar rifa, fazer vaquinha para pegar o ônibus e de ajudar aqueles funcionários que têm os parentes ou a família ou algum familiar internado em hospital.

Portanto, em nome do PT pedimos que V. Exa. estude com muito cuidado e se dê dentro das possibilidades um reajuste superior de 10%.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Liderança do Governo com a palavra.

(Declina).

Encerrado o Horário do Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre o mesa, Ofício nº 306, subscrito pelo Senhor Procurador Geral de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que visa criar 08 (oito) cargos de Procurador de Justiça, nos termos da deliberação do egrégio Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Paraná. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchy, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, com apoioimento dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ricardo Chab, Durval Amaral e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, para averiguar a proliferação dos bingões que vêm ocorrendo no Paraná.

A Mesa, após a conferência, vai anunciar oficialmente a instalação da Comissão.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Nelson Garcia, Luiz Carlos Alborghetti, Caíto Quintana e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando dispensa de interstício para a realização de sessões extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, com a finalidade de apreciar em 2ª Discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 003/95, o item 01 da Resolução nº 14/95, de 07 de fevereiro de 1995, da Secretaria de Estado da Fazenda. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/95, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli e outros, que objetiva sustar, com base no inciso XXVIII, do Artigo 54 da Constituição Estadual, o item "1", da Resolução nº 14/95, de 07 de fevereiro de 1995, da Secretaria de Estado da Fazenda. SEM PARECERES. (Publ. no D.A. nº 09, de 06.003.95).

Solicito ao Deputado Nelson Justus para que proceda a leitura do seu parecer.

O SR. NELSON JUSTUS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

Protocolo nº 1962/95

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/95

P A R E C E R:

Ao Projeto de Decreto Legislativo nº 003/95, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli e apoiado por vários Parlamentares, objetiva SUSTAR o ITEM "1", da Resolução nº 14/95, de 07 de janeiro de 1995, exarada pelo Secretário de Estado da Fazenda.

O dispositivo objeto da sustação veio alterar o subitem 5.2.3. da Instrução da SEFA nº 13/94, e com isto antecipando a data para o pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), com a redução de 30% (trinta por cento) do valor devido até o dia 10/03/95.

As instruções baixadas pelo Secretário de Estado da Fazenda se embasam no art. 8º da Lei nº 8.925, de 18/11/88, com as alterações posteriores, no qual o Legislativo atribuiu competência para aquela autoridade fixar os prazos e formas de pagamento.

A delegação concedida tem os seus parâmetros definidos nos incisos do próprio artigo, e para o caso expressado na alínea "a" do inciso II e IV.

A alínea "a", do inciso II consigna que:

"II - para o caso previsto no inciso IV do § 1º do art. 2º, o IPVA terá seu vencimento no dia da ocorrência do fato gerador, podendo ser pago, atualizado monetariamente, sem multa e juros;

a - até a data do licenciamento adotada pelo órgão Estadual de Trânsito.

Portanto, expressa que o prazo regulamentar para pagamento é até a data do licenciamento, tal como definia a Instrução da SEFA, modificada pelo item objeto de sustação.

Com o inciso IV assenta que a redução do imposto devido deve ser concedida quando quitado, em parcela única, no prazo regulamentar manifesta-se que o item "1" da Instrução nº 15/95, extrapolou o contido na lei, e como tal, exorbitou o poder de regulamentar concedida pela delegação legislativa.

Isto posto, evidencia-se a constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/95, e por assim o ser, exige a tomada de posição desta Assembléia Legislativa, com o intuito de proteger os contribuintes, aprovando-o e com isto SUSTANDO o item "1" da Instrução da SEFA, nº 14/95 - IPVA, nos termos do inciso XXVIII

do art. 54 da Constituição do Estado do Paraná.

Com a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo, consequentemente, se reavogará o subitem 5.2.3 da Instrução SEFA nº 13/94 - IPVA, a qual se ajusta o determinado na Lei Estadual nº 8.925 de 18/11/88.

Ante o exposto, somos pela APROVAÇÃO DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/95.

Sala das Sessões, em 14.03.95.

(a) NELSON JUSTUS
Relator Designado

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o parecer do ilustre Relator Deputado Nelson Justus.

Senhores Deputados que aprovam o parecer conservem-se como estão. **Aprovado.**

Em votação o projeto.

Deputados que aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº 003/95, conservem-se como estão. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária, marcando uma sessão extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/95.

Marca ainda uma sessão ordinária para quinta-feira, dia 16, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 001/95 e 004/95.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 268/94

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 187/94, de 1º de agosto de 1994, para conceder aposentadoria, a pedido, a IRENO VICENTE, matrícula nº 1206, ocupante do cargo de Agente Administrativo "A", sob Regime Jurídico Único, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do art. 35, inciso III, da Lei nº 6.174/70, com proventos mensais e pro-

Curitiba, terça, em 14.03.95

porcionais à Simbologia DAS-4, acrescidos de gratificação de Representação regulamentada pelo Decreto nº 4.640/89; dois (02) quinquênios capitalizados e um (01) quinquênio descapitalizado, de acordo com a Lei nº 6.174/70, em seu Art. 170, parágrafo único, calculados conforme a Proposição nº 7.894/91, do Tribunal de Contas do Estado e cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o art. 6º, da Lei Complementar nº 21/84 e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos mensais no valor de R\$ 871,51 (oitocentos e setenta e um reais e cinquenta e um centavos), perfazendo um total anual de R\$ 10.458,12 (dez mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e doze centavos).

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", em 27.12.94

(aa) ORLANDO PESSUTI

Presidente

ANIBAL KHURY

1º Secretário

DIRCEU MANFRINATO

2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 147/95

conceder, a MARLISE HEINEN VIGNOLA, matrícula nº 40461, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Dentista "E-07", três (03) meses de licença especial, a partir de 01.02.95, nos termos do parágrafo único do art. 247, da Lei nº 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o 1º quinquênio, compreendido entre 02.05.86 e 02.05.91.

(Prot. nº 12.838)

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", em 03.03.95

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 148/95

conceder, a OTILIA DA SILVA, matrícula nº 40667, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo nível 61, nos termos do parágrafo único do art. 247, da Lei nº 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o 1º quinquênio, compreendido entre 1º de agosto de 1985 e 1º de agosto de 1990, licença especial de três (03) meses.

(Prot. nº 10.348)

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", em 13.03.95

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 149/95

conceder, a CLÁUDIO GRISALT, matrícula nº 40.810, funcionário desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Impressor "A", nos termos do parágrafo único do art. 247, da Lei nº

6.174/70, e respeitando-se o disposto na Resolução nº 12/91, e art. 70 e seu parágrafo único da Lei nº 10.219/92, e cumpridas as exigências do art. 250 e seu parágrafo único da citada Lei nº 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 01 de junho de 1988 e 01 de junho de 1993, licença especial de três (03) meses, a partir de 01 de fevereiro de 1995.

(Prot. nº 12.243)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 150/95

conceder aposentadoria, a pedido, a ANTONIO CLARET REZENDE, matrícula nº 141, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B-NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do art. 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual e art. 140, incisos I e III, da Lei nº 6.174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação inerente à Simbologia DAS-4 de acordo com o art. 170 e seu parágrafo único, da Lei nº 6.174/70, dois (02) quinquênios capitalizados e dois (02) quinquênios descapitalizados, calculados em conformidade com a Resolução nº 7.894/91, do Tribunal de Contas do Estado; e cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.174/70 com nova redação dada pelo art. 6º da Lei Complementar nº 21/64, e conforme o disposto no Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos mensais no valor de R\$ 944,82 (novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), perfazendo o total anual de R\$ 11.337,84 (onze mil, trezentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos).

(Prot. nº 13.067)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 151/95

conceder aposentadoria, a pedido, a JOSE ANTONIO MAINQUE, matrícula 368, ocupante do cargo de Consultor Técnico "B"-NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do art. 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual, combinado com o art. 140, incisos I e III, da Lei nº 6.174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação inerente à Simbologia DAS-4; cinco (05) triênios de acordo com o Art. 4º e § 1º da Resolução nº 02/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios de acordo com a Lei nº 6.174/70 em seu art. 170, parágrafo único,

calculados em conformidade com a Proposição nº 7.894/91 do Tribunal de Contas do Estado; cinco (05) adicionais de acordo com o art. 171 e § 1º da Lei nº 6.174/70, e art. 37, inciso XIV da Constituição Federal; e cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.794/76, com nova redação dada pelo art. 6º da Lei Complementar nº 21/84 e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos mensais no valor de R\$ 1.165,27 (hum mil, cento e sessenta e cinco reais e vinte e sete centavos), perfazendo o total anual de R\$ 13.983,24 (treze mil, novecentos e oitenta e três reais e vinte e quatro centavos).

(Prot. nº 13.096)

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", em 03.03.95

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário

NELSON GARCIA

2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

R E S O L V E:

PORTARIA Nº 043/95

mandar incorporar, para todos os efeitos legais ao acervo de serviço público de JOSE NORATO DE LIMA, matrícula nº 40.865, funcionário deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, admitido em 01 de junho de 1989, exercendo o cargo de Impressor "A", nos termos do art. 248 da Lei nº 6.174/70, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 01 de junho de 1989 a 01 de junho de 1994.

(Prot. nº 8.708/94)

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 13.03.95

PORTARIA Nº 047/95

mandar incorporar, para todos os efeitos legais ao acervo de serviço público de PAULO SERGIO BUFFARA FARAH, matrícula nº 40.286, funcionário desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, admitido em dois (02) de maio de 1986, o tempo de 06 (seis) meses, nos termos do art. 248 da Lei nº 6.174/70, em virtude de não haver se afastado de suas

Pág. 20

funções durante o quinquênio compreendido entre 02 (dois) de maio de 1986 e 02 (dois) de maio de 1991.

(Prot. n° 636/95)

PORTARIA N° 048/95

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSE EDUARDO PIAZZETTI, matrícula n° 40.517, funcionário desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61 o tempo de seis (06) meses, nos termos do art. 248, da Lei n° 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de maio de 1985 e 21 de maio de 1990.

(Prot. n° 951/95)

PORTARIA N° 049/95

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de FRANCISCO RICARDO NETO, matrícula n° 40.113, funcionário desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Dentista E-7, o tempo de um (01) ano nos termos do art. 248, da Lei n° 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 01 de fevereiro de 1985 e 01 de fevereiro de 1995.

(Prot. n° 601/95)

PORTARIA N° 050/95

colocar a disposição da SERLOPAR - Serviços de Loterias do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, vinculado

Curitiba, terça, em 14.03.95

a Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, ALCENICE MARINA SWAROWSKI, funcionária desta Assembléia Legislativa, com ônus pelo órgão cedente até 31/12/95.

(Prot. n° 1663)

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 14.03.95

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

EDITAL DE CHAMAMENTO

COMISSÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR

PORTARIA N° 025/94-DG

O Presidente da Comissão de Processo Disciplinar, instituída pela Portaria n° 025/94, da Diretoria Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 320, § 2°, da Lei 6.174/70, (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), diante da impossibilidade de citação pessoal...

CITA e CHAMA a funcionária do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná CINTIA APARECIDA PULNER, INDICIADA EM PROCESSO DISCIPLINAR POR INFRINGENCIA ao Art. 293, Inciso V, letra "b", da lei acima enumerada - ABANDONO DE CARGO - para apresentar defesa no prazo de dez dias, a contar da última publicação do presente Edital de Chamamento, sendo-lhe facultada vista do processo, durante decorrência do prazo acima, na dependência onde funciona a Comissão de Processo Disciplinar (COORDENADORIA DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL).

PUBLIQUE-SE NA FORMA DA LEI.

Curitiba, de fevereiro de 1995

(a) ANTONIO LOPES

Presidente da Comissão